

ABANDONO, CASAMENTO E TRABALHO DOMÉSTICO NA VIDA DAS ÓRFÃS DO ASILO NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA (1862-1889)

Alan Costa Cerqueira¹

Resumo: O Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, mais conhecido como Asilo dos Expostos, foi o lar de muitas crianças abandonadas na capital da Província da Bahia, ao longo do século XIX. Pertencente à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, o Asilo possuía projetos de instrução distintos para meninos e meninas acolhidas, com base na reprodução de valores socialmente construídos. Este artigo investiga a vida das órfãs do Asilo dos Expostos a partir dos princípios que moldaram suas vidas: a educação religiosa, o casamento, a instrução para o trabalho e os aluguéis a que eram submetidas como trabalhadoras domésticas. As meninas eram maioria na instituição e o regulamento do Asilo priorizava legislar sobre suas vidas, isso porque este grupo permanecia por muito mais tempo sob a tutela da Misericórdia.

Palavras-chave: Menor abandonado; casamento; trabalho doméstico; Asilo Nossa Senhora da Misericórdia.

ABANDONMENT, MARRIAGE AND HOUSEHOLD WORK IN THE LIFE OF ORPHANED ASYLUM NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA (1862-1889)

Abstract: The Asylum Our Lady of Mercy, known as the Asylum Exposed, was home to many abandoned children in the capital of the Province of Bahia, throughout the nineteenth century. Belonging to the Santa Casa de Misericórdia of Bahia, Asylum had different educational projects for boys and girls accepted, based on the reproduction of socially constructed values. This article investigates the lives of orphaned Asylum of Exposed from the principles that have shaped their lives: religious education, marriage, education for work and rents that were submitted as domestic workers. The girls were the majority in the institution and the Regulation of Asylum prioritized legislate on their lives, that because this group remained much longer under the tutelage of Mercy.

Keywords: Abandoned Minor; marriage; Housework; Asylum Our Lady of Mercy.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia. Este texto é parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – PPGH, com apoio financeiro da CAPES. E-mail: alancrq@gmail.com.

Introdução

As meninas sairão, depois da idade de seis anos, educadas no Asilo, de onde sairão para casar, ou para a companhia de alguma família capaz, debaixo de contrato, ou ainda para viverem sobre si, se o quiserem, depois de completar a maioridade.²

Até o final do século XIX, o acolhimento de crianças abandonadas no Brasil foi protagonizado por instituições religiosas. O fragmento destacado acima, retirado do regulamento interno do Asilo dos Expostos de Salvador, pode ser lido como uma síntese da legislação que regeu a vida das meninas acolhidas. Embora a instituição tenha abrigado crianças de ambos os sexos, a clausura e o controle foram exercidos com maior vigor sob a população feminina. A centralidade do casamento na política de formação das mulheres foi influenciada pela representação do matrimônio como ideal de honra e moralidade, conectadas aos princípios religiosos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A condição social oriunda da orfandade reservou a estas mulheres uma educação alicerçada pela especialização nos trabalhos domésticos, como garantia de sustento ao se desvincularem da Misericórdia.

A experiência da Misericórdia com o acolhimento infantil iniciou em 1734, através da criação da primeira *Roda dos Expostos* do Brasil.³ Mas, ao longo do tempo, a Santa Casa enfrentou diversos problemas estruturais para manter as crianças acolhidas. No dia 29 de junho de 1862, o Asilo dos Expostos foi inaugurado com o objetivo de prolongar e melhorar as condições de acolhimento das crianças enjeitadas.⁴ Durante todo o século XIX, as mulheres

² Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMBA). *Regulamento do Asylo dos Expostos*. Typographia do diário. 1874, p. 12.

³ A *roda* era um cilindro de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual a criança era depositada, bastava agitar a sineta que ficava acima do artefato e girá-lo, dessa forma a criança era dirigida para a parte interna do local de recepção, mantendo em segredo a identidade da pessoa que enjeitou o bebê. Sobre o acordo para criação da Roda dos Expostos de Salvador, ver: DAMAZIO, Antonio Joaquim. *Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862*. Typographya de Camillo de Lellis Masson & C., 59.

⁴ O Asilo Nossa Senhora dos Expostos surgiu depois que a Santa Casa de Misericórdia da Bahia comprou a Roça do Campo da Pólvora, que pertencia a Associação São Vicente de

acolhidas foram maioria na instituição, o que repercutiu no modelo de organização do Asilo. Enquanto os meninos saíam para aprender ofício entre os 10 a 12 anos, as moças permaneciam sob a tutela das mulheres conhecidas como Irmãs de Caridade. Durante este período, desde muito jovens, as expostas assinaram contratos de locação para servirem como empregadas domésticas na casa de algumas famílias soteropolitanas.

Este artigo investiga os caminhos que levaram meninas expostas a se tornarem trabalhadoras domésticas. Argumento, de forma preliminar, que a Misericórdia formou trabalhadoras domésticas de baixo custo, que optaram “viver por si”, isto é, viver do próprio trabalho, embora a principal função social do Asilo tenha se baseado em educar mulheres para o casamento. A discussão que se pretende levantar inspira-se em estudos que abordam a história do abandono infantil e nos debates sobre a história do trabalho no Brasil. A proposta é analisar pequenas trajetórias das meninas enjeitadas, através da diversificada documentação interna da Santa Casa da Bahia, como o regulamento do Asilo dos Expostos, atas da mesa administrativa, matrículas, contratos de trabalho e registros de saída das expostas.

Instrução para o trabalho

O ideário oitocentista reiterou a imagem da mulher que deveria agradar por suas “virtudes” e vocação “natural” para ser esposa e mãe.⁵

Paula, onde funcionava um colégio para meninas. Joaquim Damázio, escrivão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, relatou que as crianças eram recebidas no “acanhado e péssimo Hospital”, por não haver um local destinado para acolher estes meninos e meninas. Além disso, as crianças eram criadas por amas de leite e depois readmitidas no hospital. Após este período, foi construído um pequeno cubículo localizado à entrada do *Recolhimento Santo Nome de Jesus*, para mulheres, para acolher as crianças, inclusive sendo instalada neste local a Roda dos Expostos. Em 1847, um novo cômodo foi construído para separar as crianças por sexo. A inexistência de ventilação, entrada de luz suficiente e a falta de espaço foram medidas paliativas que tiveram fim após a compra do novo prédio.

⁵ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 122. Embora as elites branca e letrada do Brasil tenha construído este imaginário através de modelos europeus, como o romantismo francês. A influência romântica era associada a elementos de origem religiosa, que avizinhou o feminino ao celestial. Portanto, o verossímil e a vida

Contudo, no cotidiano das ruas e até mesmo em instituições claustrais, as mulheres protagonizaram suas próprias histórias.⁶ O referencial da instrução recebida pelas expostas da Misericórdia era baseado no restrito ensino de tarefas ligadas ao lar. Na cidade de Salvador da segunda metade do século XIX, as crianças escravas também eram iniciadas no trabalho doméstico. As escravas, assim como os escravos, eram iniciadas nestas tarefas ainda na primeira infância, com o atenuante de permanecerem por muito mais tempo desempenhando tais funções.⁷ A realidade do trabalho doméstico e a precariedade das relações de trabalho aproximaram meninas escravas e órfãs, uma vez que o controle poderia ser exercido pelo senhor de escravo, por funcionários das instituições acolhedoras e as famílias que alugavam os serviços das expostas.

No Asilo, as condutas eram monitoradas sempre debaixo da rigorosa supervisão das Irmãs de Caridade que, por conseguinte, se submetiam a autoridade da Irmã Superiora. Conforme o regulamento do Asilo, “as meninas [...] receberão uma educação acomodada à sua condição, pela qual se tornem boas mães de família, e se habilitem a passar a vida com o resultado do seu honesto trabalho”.⁸ O relatório da Provedoria da Santa Casa, referente aos anos de 1863 a 1864, mostra com detalhes as “habilidades” que as meninas deveriam aprender para, no futuro, desempenhar um “honesto trabalho”:

Já as meninas fabricam flores de pano mui delicadas e perfeitas bordão de muitas maneiras usadas, prestam-se a cozinhar, a lavar, a engomar suas próprias roupas e mesmo outras de ganho, estas aprendendo a fabricar calçados de senhora com uma mestra para isso contratada por 40\$00 mensais, usando já algumas desse calçado; e tudo fazem, sem

experimentada, ao que parece, deram cabo de construir o imaginário coletivo do modelo feminino a ser perseguido no Brasil.

⁶ Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Ver também: SILVA, Ivani Almeida Teles da. *Porta adentro: formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867*. Dissertação de Mestrado, PPG-NEIM-UFBA, Salvador, 2011.

⁷ PINHEIRO, Cristina. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. *Afro-Ásia*, Salvador, n 32, p. 159-183, 2005.

⁸ ASCMBA. *Regulamento do Asylo dos Expostos*. Typographia do diario. 1874, p. 13. É possível perceber que, segundo a Misericórdia, o trabalho doméstico era uma espécie de extensão da “condição” da orfanidade das meninas. (*Grifo nosso*).

mais imaginarem que lhes seja aviltante, como outrora supunham no Recolhimento. Com a educação assim dirigida mais fácil será no futuro que tenham emprego as expostas maiores, ou Recolhidas, pois além de casamento para aquelas que o poderem conseguir, estarão habilitadas para ganharem a vida com honestidade cosendo, bordando, lavando, engomando, cozinhando, fazendo flores e calçado e finalmente servindo em casa de família.⁹

Apenas as meninas maiores de 12 anos cumpriam as ocupações descritas acima. A reprodução de tarefas como engomar, cozinhar e bordar ajudava a demarcar o lugar social que as moças ocupariam na sociedade soteropolitana. Estas “obrigações” fizeram parte da formação para o trabalho doméstico, conhecido como serviços de “porta adentra”.

O Asilo possuía uma *Escola Interna* que ficava localizada aos fundos do prédio do Asilo dos Expostos. Inaugurada em 1862, a Escola representava a outra faceta da instrução dos expostos. As aulas eram destinadas aos meninos e meninas de 6 a 14 anos. Durante as primeiras décadas do Império havia apenas alguns colégios privados em Salvador, como a Casa Pia, o Colégio Médico-cirúrgico e algumas Aulas Régias, instituídas pela chamada reforma Pombalina. Na segunda metade do século XIX, houve uma expansão significativa do ensino na Bahia. Na época da criação do Asilo, a Província da Bahia possuía 42 aulas públicas para o sexo feminino e 166 para o sexo masculino.¹⁰ A educação feminina de grupos mais abastados na Bahia, de maneira geral, resumia-se as prendas do lar. Juntamente com as economias domésticas, os cuidados com a maternidade e aos cuidados com o marido.¹¹ A Escola Interna do Asilo ofereceu oportunidades gratuitas para meninas pobres que, devido à dimensão da instrução pública na época, poderiam ficar à margem do processo educativo formal. Desde o final da década de 1850, o

⁹ ASCMBA. *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Manoel José de Figueiredo Leite, 1863-1869*, p.131.

¹⁰ NUNES, Antonieta. Educação da Bahia no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador, n. 93, p. 165-203, jan/dez 2007.

¹¹ CASTRO, Dinorah. *A mulher submissa: teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX*. Salvador: Press Color, 1996, p. 16-19.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

espaço educacional do Recolhimento foi acrescido sem, no entanto, significar a mesma abrangência em termos de espaço e número de vagas oferecidas.¹² Em 1872, a nova escola foi fundada por méritos do Mordomo Antonio de Lacerda, no ano seguinte, sob as orientações da Irmã Lasnier, a Irmã superiora do Asilo, onde, ao todo, 65 meninas foram educadas naquele período.¹³

Apesar de pouco conhecida em Salvador, algumas famílias pobres que viviam nos arredores e/ou que possuíam algum vínculo com a Santa Casa se aproveitaram da oportunidade para colocar suas filhas na Escola Interna. No dia 16 de agosto de 1863, uma dessas mães, Ana Borges Fernandes Almeida, enviou uma petição à Misericórdia:

Diz D. Ana Borges Fernandes de Almeida, viúva de Luiz Tiburcio Fernandes de Almeida, q tendo a Suplicante feito criar em sua companhia, desde setembro de 1849, a enjeitada desta S.^{ta} Casa, de nome Virgilia Cliceria de Matos, promovendo depois a educação da mesma, com outras duas menores, suas filhas, no Colégio regido pelas Irmãs de Caridade, ao Campo da Pólvora, posteriormente removido para o de Nazaré, para cuja extinção finalmente regressarão todas q^{ue} sua companhia nesta mesma Freguezia de S^{ta} Anã, do que tudo tem a Suplicante feito ciente a esta Nobre Mesa, sempre que isso lhe há sido exigido, especialmente pelos respectivos Editais a respeito; e constando agora de novo que respeite semelhante exigência, pelo mesmo meio, de tal declaração, se apressa pois novamente a suplicante a vir remove-la mediante a presente petição pela quer requer porto.¹⁴

A petição foi escrita pelo escrivão da Santa Casa que, ao final do texto, pede que se conceda a prorrogação para que dona Ana continue em companhia da exposta Virgilia. Nesse caso, ao que parece, trata-se de um pedido movido pelo amor de criação entre a criadeira e a exposta. A residência da requerente ficava próximo ao Asilo e suas filhas eram alunas da

¹² COSTA, Paulo Segundo da. *Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Editora Contexto e Arte Editorial LTDA, 2 ed. Salvador, 2010, p. 24.

¹³ ASCMBA. *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Bernardo de Castro Brum, 1872-1873*, p. 10.

¹⁴ ASCMBA. *Petição de Ana Borges Fernandes Almeida*, 16 de agosto de 1863, documento Avulso, Cx. 17, 1863.

Abandono, casamento e trabalho doméstico na vida das órfãs do asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)

| Alan Costa Cerqueira

escola do Asilo. A petição de Virgília foi deferida e suas filhas tiveram acesso ao ensino oferecido pela instituição.

A escola para órfãs existia antes mesmo da criação da Escola Interna do Asilo dos Expostos em 1862. Obviamente, ela não contava com a mesma estrutura e organização. Em 1861, o escrivão da Mesa administrativa da Misericórdia da Bahia, Antonio Joaquim Damazio, trocou cartas com o então Provedor José de Figueiredo Leite sobre a inspeção que a professora das expostas havia realizado na escola do Recolhimento, entre os dias 27 e 28 de novembro de 1861. O escrivão relata que de “cento e tantas que frequentavam a escola”, apenas nove apareceram para o exame. Na **Tabela 1**, temos o boletim da Casa dos Expostos em Educação:

Tabela 1- Relação de desempenho escolar das expostas na inspeção realizada entre os dias 27 e 28 de novembro de 1861.

Exposta	Escritura	Leitura	Análise	Aritmética
Romana de Mattos	Bem	Bem	bem	Sofrível
Theodora Constança de Mattos	sofrível	Bem	sofrível	Bem
Aula Carolina de Mattos	Bem	Mal	bem	Sofrível
Maria de Mattos	sofrível	Sofrível	sofrível	Pouco
Germana Blandina de Mattos	sofrível	sofrível	sofrível	Bem
Felippa Roiz de Mattos	sofrível	Sofrível	bem	Bem
Augusta Rosa de Mattos	Mal	Mal	sofrível	Pouco
Brigida Roiz de Mattos	Mal	Mal	sofrível	Nada
Balbina Ang ^a de Mattos	Mal	não quer ler	sofrível	nada

Fonte: ASCMBA. Documento Avulso, Cx. 17. Correspondência interna do escrivão Antonio Joaquim Damazio para o Provedor Manoel Figueiredo Leite, Bahia, 30 novembro de 1861.

O fraco desempenho das alunas pode ser explicado pela própria precariedade da educação que recebiam? Nota-se que poucas alunas se destacaram na avaliação. Em uma instituição cujo objetivo era assimilar valores religiosos e o aprendizado de tarefas domésticas, o tipo de ensino mostrado acima parecia mera formalidade. No século XIX, as noções sobre educação feminina foram alargadas para além dos Conventos e

Recolhimentos. No entanto, ainda buscava-se forjar a figura da mãe de família: a mulher que cozinha, cuida das crianças mais novas, é responsável pela manutenção da roupa da casa e de vestir e que possui bom manejo de fios, das agulhas, da lã e dos tecidos.¹⁵ O fato é que este modelo serve apenas aos locais cujo público era formado por mulheres da classe trabalhadora. A questão socioeconômica produziu instituições religiosas bastante distintas. Em instituições claustrais voltadas para os grupos dominantes, as mulheres eram, de fato, moldadas para a vida religiosa, o que incluía o domínio da escrita e o desenvolvimento intelectual, por vezes motivada por questões financeiras ou a falta de pretendentes da mesma “qualidade”.¹⁶

Ainda sobre a tabela acima, em nota, a professora ressalta a classificação de Romana de Mattos em primeiro lugar. Outra informação interessante é que Theodora Constança de Mattos estava como professora de Felyppa “porque esta era menor de 8 anos”. As alunas Maria e Aula Carolina possuíam 12 anos e 14 anos. As turmas eram multisseriadas e as alunas aprendiam com uma única professora no *Método Simultâneo*.¹⁷ Na prática, honra e trabalho valia mais que educação formal para o futuro como trabalhadoras do lar.

Até os 12 anos, as meninas não prestavam nenhum serviço, enquanto as demais se ocupavam nas mais variadas tarefas domésticas: ensinavam as meninas mais novas nas tarefas escolares, ajudavam na enfermaria e

¹⁵ SILVA, Ivani, op.cit., p. 141-142.

¹⁶ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. A clausura feminina no mundo ibero-atlântico: Pernambuco e Portugal nos séculos XVI ao XVIII. *Tempo*, [online], n 32, p. 95-113, 2012; BELLINI, Ligia. Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. *Campus Social*, 3/4, p. 213-214, 2006/2007.

¹⁷ SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa. (1862 – 1934). Tese (Doutorado em Educação), FACED-UFBA, Salvador, 2008, 161. O Método Simultâneo ou de Castilho foi o primeiro a ser utilizada, a Cartilha consistia numa sala multisseriada com alunos de níveis diferentes ensinados por um único professor com o apoio de alunas maiores no auxílio da prática docente. Ainda no século XIX, a Escola Interna adotou o método João de Deus. Ver: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). João de Deus, Cartilha maternal ou arte de leitura: 1830-1896. Publicado pelo seu amigo Candido A. de Madureira, Abbade d'Arcozello com retrato do autor. 3ª ed. Correcta e augmentada. Lisboa: Imp. Nacional, 1878. Disponível em: <<http://purl.pt/145>> Acesso em: 31 de julho de 2015.

produziam objetos.¹⁸ O regulamento da instituição recomendava que a instrução fosse prática e aplicada segundo as aptidões de cada exposta nos afazeres domésticos. A organização social estava na hierarquização do cotidiano: as Irmãs de Caridade desempenhavam o controle das expostas mais velhas que eram designadas para instruir as meninas mais novas. O sentimento de pertença conferiu a estas expostas certas experiências para ler a realidade de maneira consciente evitando, assim, punições? O bom comportamento, a partir do ideal de mulher que se propunha construir, era reforçado por recompensas.¹⁹ A dedicação ao trabalho, o comportamento submisso e exemplar garantia licença à recolhida para visitar seus parentes e receber visitas. Pois, era terminante proibido receber visitas sem a licença escrita do Provedor. Contudo, muitas expostas conseguiram permissão para receber seus parentes. Após completar 20 anos, Theodora Constança, branca, citada anteriormente, se desligou do Asilo para viver com seu irmão Antonio Raymundo de Souza, por despacho da Mesa de 2 de julho de 1871. É possível que o reencontro familiar tenha ocorrido em virtude das licenças obtidas pela exposta como recompensa pelo cumprimento de tarefas domésticas e pelo auxílio na educação da órfã mais jovem.

Para a pesquisadora Angela Santana, os meninos e meninas experimentaram papéis “naturalmente” masculino e feminino no Asilo. Mesmo com o passar dos anos algumas coisas eram praticamente imutáveis, tanto na supervisão como nos papéis que deveriam ser exercidos por meninos e meninas.²⁰ Um exemplo era a obrigatoriedade dos rituais religiosos destinados apenas ao público feminino, como a primeira comunhão. Havia vários mecanismos para controlar as meninas ao passo que era posto em prática a disciplina do trabalho. O comportamento idealizado

¹⁸ ASCMBA. *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Francisco Rodrigues da Silva*, 1880-1881, p. 7.

¹⁹ As matrículas dos meninos expostos, deste mesmo período, apresentam um número registros de acusações sobre “mau comportamento” relativamente alto.

²⁰ SANTANA, *op.*, cit. p. 95.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

pressupunha obediência e gratidão. Foi estabelecido oficialmente, desde 1862, que haveria “prêmios” distribuídos para as expostas que sobressaíssem em qualquer ramo do ensino, trabalho ou por seu comportamento “exemplar”. Para isso,

No dia 8 de Setembro de cada ano, terá lugar uma exposição de todos os objetos executados ou fabricados pelas expostas que concorrerem aos ditos prêmios, declarando-se em rotulo pendente cada um deles o nome e idade de quem tiver produzido.²¹

O Regulamento dos Expostos não explica o que as expostas produziam. Quais objetos eram fabricados?

Já as meninas fabricam flores de pano mui delicadas e perfeitas bordão de muitas maneiras usadas, prestam-se a cozinhar, a lavar, a engomar suas próprias roupas e mesmo outras de ganho, estas aprendendo a fabricar calçados de senhora com uma mestra para isso contratada por 40\$00 mensais, usando já algumas desse calçado; e tudo fazem, sem mais imaginarem que lhes seja aviltante, como outrora supunham no Recolhimento. Com a educação assim dirigida mais fácil será no futuro que tenham emprego as expostas maiores, ou Recolhidas, pois além de casamento para aquelas que o poderem conseguir, estarão habilitadas para ganharem a vida com honestidade cosendo, bordando, lavando, engomando, cozinhando, fazendo flores e calçado e finalmente servindo em casa de família.²²

Ao Provedor da Santa Casa, cabia especialmente o papel de ordenar e promover a exposição, com distinta solenidade na entrega dos prêmios que deveriam ser julgados por juízes. A premiação era individual e valia para a exposta que se destacasse em qualquer ramo do ensino e trabalho, ou por seu comportamento exemplar. Há algumas possibilidades de interpretação sobre o exame. Acredito que o julgamento, a priori, carregado de símbolos, teria dois sentidos: normalizar e vigiar as alunas. Sob a vigilância das irmãs de caridade, as moças deveriam se esforçar para construir bons objetos, através

²¹ ASCMBA. *Regulamento do Asylo dos Expostos*. Typographia do diario. 1874, p.16.

²² ASCMBA. *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Manoel José de Figueiredo Leite, (1863-1869), 1863-1864*, p. 131.

da disciplina de produção. Para Foucault, cujos textos realçam a centralidade do corpo humano nas relações em que o poder de instituições psiquiátricas, médicas e educacionais é exercido, o exame adquire uma função controladora. Pois, exame “estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados”.²³

Ao mesmo tempo em que cabem recompensas aos melhores trabalhos, este tipo de processo controla os corpos e permite qualificar as moças. Seu desígnio se baseia em formar trabalhadoras submissas, especializadas, e que reconheça ou expressem os comportamentos desejáveis organizados hierarquicamente.

No dia 14 de junho de 1885, ocorreu uma exposição aos moldes do que foi proposto em regulamento décadas atrás. O escrivão da Misericórdia fez questão de registrar as palavras da “inteligente” e “simpática” recolhida, Mathilde de Mattos. Em discurso dirigido ao Provedor, Mathilde fala sobre satisfazer a altura “o interesse do nosso atual benfeitor pelo futuro bem estar de tantas criaturas que uma sina fatal roubou-lhes o direito de se aquecerem no ninho paternal”.²⁴ A enjeitada explica que, como intérprete das suas “companheiras de infortúnio”, dirigidas por sua boa mãe (a Regente), a exposição era para enfatizar o trabalho que realizaram durante o ano.

Creio que o ritual do exame era uma representação do lugar social das expostas que, ao mesmo tempo, reafirmava as relações de gênero. Do provedor até as órfãs, o poder social simbolizado no exame era despoço e ganhava novos significados ao passo que envolvia as funcionárias do Asilo, as Irmãs de Caridade e o Mordomo dos Expostos. Aos olhos das autoridades da Santa Casa, a demonstração da consciência da própria condição da orfandade, seguida de rituais de submissão, era o sinal do bom funcionamento do Asilo, uma vez que o poder social é uma constelação

²³ FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 20^a ed., 1989, p. 154.

²⁴ ASCMBA. *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Conde de Pereira Marinho, (1881-1887), 1885-1886*, p. 60.

incoerente de forças.²⁵ Portanto, leio o discurso da órfã Mathilde como negociação entre grupos que ali existiam. Por fim, em momentos como este é que percebo o papel de agência das órfãs que, conscientes do seu lugar social, encenaram situações para, talvez, fugir aos castigos, bem como para conseguir sair temporariamente da Santa Casa e ter alguma liberdade.

Casar ou “viver por si”

Aos 18 anos, a exposta era orientada a se casar com um pretendente aceito pela mesa administrativa da Misericórdia, continuar no Asilo e locar sua mão de obra para o trabalho doméstico, ou, em último plano, se desligar para viver por conta própria. Apesar das poucas possibilidades, estas mulheres buscaram forjar seus destinos através de atitudes de negociação, ousadia e autonomia. A história é repleta de ações de mulheres que transgrediam a rigidez de comportamentos preestabelecidos, ou, simplesmente, usavam as brechas e alcançavam relativa autonomia através da negociação.

Sem dúvidas, dentre as possibilidades das órfãs, o casamento foi o mais estimulado, inclusive com o aporte do dote. Ao casar, a exposta recebia o dote de 400\$000 (quatrocentos mil réis) em dinheiro e o enxoval de casamento era feito por suas companheiras. A lista era objetos era bastante simples:

Art. 35º A exposta que se casar, se dará além do dote de quatrocentos mil réis em dinheiro, um vestido branco de casa, para o ato do casamento, e um enxoval dos objetos seguintes: 1º, seis camisas; 2º, seis pares de meia; 3º, dois pares de sapatos e dois pares de chinelos; 4º, quatro vestidos brancos e de chita; 5º, seis lenços; 6º, duas cobertas de chita, dois cobertores e dois lençóis de algodão; 7º, quatro fronhas; 8º, seis toalhas; 9º, um baú.²⁶

²⁵ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99 jul./dez. 1995.

²⁶ ASCMBA. *Regulamento do Asylo dos Expostos*. Typographia do diário. 1874, p. 13

O dote desponta como peça importante neste ritual, agindo como uma espécie de atrativo aos pretendentes. As recolhidas que se desligaram da Santa Casa para levar uma vida como mulheres solteiras receberam o chamado “meio dote”, equivalente a 200\$000 (duzentos mil réis). As tratativas do casamento eram seguidas de formalidades, depois de feito o pedido à Mesa, o pretendente esperava uma resposta que durava em média uma semana. Muitas vezes o pedido era negado, especialmente quando as informações sobre o comportamento do pretendente não agradavam aos irmãos da Mesa.

Innocencia Theophila de Mattos, moça “cabra de cor escura”, magra, cabelos crespos, chegou ao antigo Asilo ainda recém-nascida, em 1849. A enjeitada casou com João Raymundo de Macêdo, no dia 13 de janeiro em 1872, após ter seus serviços alugados uma única vez, em 1870.²⁷ Raymundo fez o pedido formal de casamento que foi apreciado pela Mesa. O pretendente de Innocencia precisou do documento emitido pela paróquia da Freguesia da Sé para comprovar o seu local de residência. O casório foi realizado na própria capela do Asilo, como era de costume. A provedoria entregou 400 mil réis para o noivo, valor integral do dote.

Apesar da rigidez da reclusão, as moças davam um jeito de se comunicar com os pretendentes. Fosse através da liberação para visitar familiares, por meio de bilhetes ou quando alugadas para serviços domésticos.

Na década de 1870, o casamento foi responsável pela saída de 32,8% das mulheres que se desligaram da Misericórdia. Estes dados se equiparavam ao total de moças que resolveram viver por si e meninas que foram viver com algum parente. Nas duas décadas seguintes este percentual aumentou, sendo 57,1% de 1881 a 1890, e 50% entre 1891 a 1894. Em todo o período citado, 73 órfãs se desligaram por motivo matrimonial. Em termos

²⁷ ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 15.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

gerais, estes números não deveriam ser tão satisfatórios para os administradores da instituição, visto que a saída condicionada ao casamento era muito almejada pela Misericórdia. Outro detalhe importante diz respeito à cor das expostas que se casavam, o que sugere uma dinâmica nas escolhas das esposas que estavam além do controle da Santa Casa.

Tabela 2 - Cor das expostas que se desligaram da Santa Casa de Misericórdia através do casamento (1870-1894)

Expostos	Parda	Parda escura	“De côr” a	Crioul	Cabra	Branca	Cor ausente
N. ^{os} Absolutos	17	1	2	2	3	21	27
% do Total	23,3	1,4	2,7	2,7	4,1	28,8	36,9

Fonte: ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894; ASCMBA. *Livro 1º de Termos de Saída de Expostos*. Nº 1219, Est. H, 1871-1893.

A partir da tabela acima, algumas considerações sobre o casamento das órfãs devem ser tecidas. Em números gerais, a população do Asilo dos Expostos era majoritariamente “parda”.²⁸ No entanto, nota-se que as expostas de tez “branca” se casaram em maior número, representando 28,8% do total, contra 23,3% de pardas. É impossível saber a cor das órfãs quando o escrivão não fazia o registro. Sabe-se que o imaginário social oitocentista, a pele branca feminina, especialmente quando descritas como pálida, referenciava um modelo de beleza idealizado. Na obra *Uma Senhora*, Machado de Assis expõe este ideal de beleza, ao chamar atenção para a característica de D. Camila, a saber, “Cor de leite, fresca, inalterável, deixava às outras o trabalho de envelhecer. Só queria existir”.²⁹

²⁸ O total de matrículas dos expostos por cor contabilizadas entre 1870 a 1894, incluindo meninos meninas, era de 109 de cor ignorada, 86 pardos, 56 brancos, 15 crioulos, 12 cabras, 12 pardos escuro, 5 pardos claro, 2 “de cor” e 1 “cor preta”. Ver: ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894

²⁹ ASSIS, Machado de. *Uma Senhora*. Volume de contos. Rio de Janeiro: Garnier, 1884, p. 2. Portal Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000204.pdf>> Acesso em: 10 de dezembro de 2015. _____. *A Mulher Pálida*. Publicado originalmente em A Estação, 15/08/1881 e 30/09/1881, p. 06. Disponível em:

A palavra abre fissuras por onde os sujeitos fluem e constroem relações em determinada época. O conjunto de ações como nomear e difundir ideias, seja pela escrita ou através da oralidade, sobre o modelo de beleza feminina, culminou na idealização da cor branca como referencial para o casamento.

Talvez isso explique o porquê da maior incidência do casamento das expostas de pele mais clara. Mas, isso não é tudo. A juventude, obviamente também estava ligada aos padrões de beleza.

Ao identificar os discursos médicos e literários sobre as distinções de homens e mulheres, Joel Silva observa a influência da *Eugenia* no processo de escolha do par conjugal.³⁰ Apesar de evidenciar tais influências apenas nos círculos da elite baiana, não é forçoso acreditar que este tipo de relação tenha ocorrido nas demais camadas sociais com um nível de influência menor. Cabe ressaltar que o casamento celebrado no século XIX se caracterizava como opção apenas para uma pequena parcela da população, especialmente entre a elite branca. Segundo Eni Samara, estes grupos tentaram limitar de várias formas os casamentos enquanto à cor, desigualdade de nascimento, e princípios de honra e riqueza. Entretanto, entre as camadas populares os critérios eram muito menos seletivos e preconceituosos.³¹

No entanto, quando observado a média de idade das órfãs que se casavam e confrontamos com o critério racial, percebemos a procura por noivas brancas e jovens. As órfãs brancas se casavam em média aos 22 anos e as mulheres pardas se matrimoniavam aos 27 anos. Todavia, é preciso relativizar a subjetividade das escolhas nestes dados porque havia mulheres “de cor” que também se casaram muito jovens. Podemos observar isso, por exemplo, a partir das expostas Innocencia Rufila de Mattos, “cabra de cor

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=17355>. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

³⁰ SILVA, Joel Nolasco Queiroz de Cerqueira e. *Casamento, cabaço e cabaceira: os imaginários de gênero e da honra na Bahia dos oitocentos*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH-UFBA, 2010, p. 36.

³¹ SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX, *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, vol. 8, n° 15, p. 91-105, setembro/fevereiro, 1987- 1988.

escura”, casada aos 23 anos, em 1872; Adelaide de Mattos, parda, então com seus 18 anos; e Victoria Chevrolet de Mattos brancas, de 21 anos.³²

Quando o casamento tardava, a exposta maior de idade podia continuar vinculada à Misericórdia ou findar as relações. As mulheres que permaneciam podiam negociar seus próprios contratos de aluguéis para o trabalho doméstico. O mesmo correu com Amelia Julia de Mattos, “parda escura”, que permaneceu ligada à Santa Casa até os 32 anos. Em seu último contrato como empregada doméstica, a exposta possuía 27 anos. No dia 5 de agosto de 1892, Amelia foi trabalhar na casa de Antonio Ferreira Garcia de Andrade, 1º Tenente, por 12 mil réis mensais.³³ Amélia viria a se casar com Manoel Barbosa dos Santos cinco anos mais tarde, no dia 29 de dezembro de 1897. Seu dote foi de 400 mil réis. Amelia ainda recebeu mais 789 mil 816 réis em dote legado do Conde Elias Batista da Silva. Este valor foi conquistado a partir da petição feita pelo seu marido Manoel “que não sabe escrever”, como registrou o escrivão. O interessante é que este valor foi entregue ao esposo somente treze anos mais tarde, em 1909.³⁴ Muitas vezes, as expostas mesmo depois de casadas continuavam a frequentar a Santa Casa, mantendo relações com o pessoal que trabalhava no local. Quero acreditar que Amelia, para conseguir um valor muito mais alto que o seu dote original, ao longo destes anos, tenha usado de forma hábil os ritos de respeito e subserviência, idealizada pela Misericórdia como conduta exemplar para suas expostas.

O valor de duzentos mil réis para a exposta “viver por si” era muito abaixo do dote de casamento. Ao que parece, esta foi uma fórmula que a Santa Casa encontrou para estimular o casamento e compor todo o imaginário social sobre a mulher casada. Em muitos casos, este valor era acrescido do dinheiro juntado durante a “locação” dos serviços das expostas. Na prática, a expressão “viver por si” significava que a mulher, uma vez desligada da proteção natural da Misericórdia, passaria a viver sem a figura do segundo

³² ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fls. 6, 13, 28.

³³ ASCMBA. *Livro 1º de Termos de Saída de Expostos*. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 87.

³⁴ ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 119.

protetor: o marido. Esta expressão também foi muito utilizada nas relações escravistas do século XIX. Engana-se quem pensa que essas mulheres, uma vez que tomaram seus próprios caminhos, tenham sido relegadas a solidão. Aliás, havia algumas possibilidades previstas no regulamento dos Expostos:

Art. 39. A respeito das expostas que atingirem a maioridade, observa-se a disposição do § 3º, cap. 20 do Compromisso, dando a Casa a que sair a quantia de duzentos mil réis para princípio de seu estabelecimento, observando-se quanto as que saírem casadas, o que se acha disposto acerca do dote. Art.40. Aos expostos se dará alta definitiva, quando: 1º, mudarem de estado; 2º, estiverem completo o tempo convencionado para lhes ensinarem os ofícios; 3º, tiverem sido recebidos em algum dos estabelecimentos criados pelo Estado na forma do Art. 30. Art. 38. Também a casa dará objeto de n. 1 a 9 do art. 35 às expostas que saírem para a companhia das famílias, ou para viverem sobre si, sairão para casar, ou para a companhia de alguma família capaz, debaixo de contrato, ou ainda para viverem sobre si, se o quiserem, depois de completarem a maioridade.³⁵

Mesmo àquelas moças que foram “viver por si”, barganharam o dote após se casaram. Este dispositivo, o dote, servia para influenciar o comportamento das moças, mesmo depois de desligadas da Santa Casa. Quando as práticas cotidianas fugiam destes ideais por quaisquer motivos, era cessado o direito ao dote. A exposta Josephina de Mattos, parda clara, se casou aos 27 anos, depois de ser locada para trabalhar por três anos na residência da baronesa de Guary, pelo valor de 15#000 (quinze mil réis).³⁶ Apesar da idade, a exposta manteve-se ligada à Misericórdia. Josephina foi viver no Rio de Janeiro em companhia da sua patroa. No dia 18 de maio de 1890, foi lida em ata da Mesa administrativa a seguinte decisão sobre a exposta:

Comunica que tendo deixado no Rio de Janeiro a exposta Josephina de Mattos, que deste Estabelecimento fora retirada por sua senhora Viscondessa de Guahy mediante termo,

³⁵ ASCMBA. *Regulamento do Asylo dos Expostos*. Typographia do diario. 1874, p. 16.

³⁶ ASCMBA, *Livro 1º de Termos de Saída de Expostos*. N° 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 68.

providenciara para que fosse reparado o mal pelo casamento, como da certidão que apresenta [...].³⁷

A intenção de Josephina era de que a certidão de casamento poderia agir como elemento apaziguador de relações devido ao seu caráter religioso e sagrado. A estratégia da moça se baseava na lógica de educação das expostas: formadas para o casamento. No entanto, este reparo do “mal”, não foi o suficiente para os fins a que se prestava, uma vez que a “honra” era o valor mais exaltado para uma órfã da Misericórdia. Inclusive, este tema era repetido seguidas vezes nos documentos e nas falas dos irmãos da Santa Casa. É preciso relembrar que a escolha do marido e os ritos da cerimônia deveriam passar pelo crivo da Mesa administrativa. Mas, o casamento de Josephina foi bastante diferente. Segundo o escrivão da Misericórdia, o casamento apesar de ter ocorrido em “condições normais” (nos princípios da igreja), a exposta não poderia receber o dote. Na margem superior da matrícula de Josephina, há o seguinte registro: “esta exposta se casou no Rio de Janeiro em condições convencionais; em consequência de que, e pelo seu irregular procedimento, fica sem direito a dote e qualquer regalia da Santa Casa”.³⁸ O casamento foi celebrado no dia 31 de março de 1890. Certamente, a própria Josephina foi quem enviou a o documento no intuito de assegurar o dote a que buscava ter direito.

Ao que parece, regras básicas da convenção interna foram quebradas, se assim podemos chamar. A primeira delas parece ter sido quebrada pela própria instituição, uma vez que a exposta tenha ficado muito longe da instituição responsável por protegê-la e vigiá-la. Pelos termos apresentados, a exposta ainda era dependente da Santa Casa. Ao analisar as estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX, Eni de Mesquita Samara sustenta que os matrimônios “realizados à revelia dos pais, em geral, resultavam em punições de diversos tipos e significados, em muitos casos, a exclusão dos filhos na

³⁷ ASCMBA. *Livro de Atas da Mesa*. N° A 21, Est. H, fl. 65.

³⁸ ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. N° 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 96.

participação do patrimônio familiar”.³⁹ Estas implicações, inclusive, eram apontadas nas Ordenações Filipinas. Acredito que o posicionamento da Santa Casa contrário ao dote tenha seguido os aspectos ressaltados acima, como uma espécie de metáfora em que a instituição ocupa o papel de protetor das expostas. Pois, entendo as relações patriacarlistas como uma forma de poder que extrapola a família e que se caracteriza como expressão de diversas formas de poder. É preciso ainda destacar que as relações de gênero exercem uma forma primária de articular e significar as relações de poder. Este conceito estrutura a percepção concreta e simbólica da vida social, de tal forma, que se encontra implicada nas relações de poder.⁴⁰

Sobre o caso de Josephina, parece que a Santa Casa se viu em uma situação de violação de acordos simbólicos e por isso negou o pedido ao dote. Pois, os irmãos da Mesa se encontravam no papel de agente regulador de toda a vida social das expostas, sobretudo, no que diz respeito ao casamento. Obviamente, a negação ao dote ocorreu devido ao que os irmãos da Misericórdia consideraram como um duplo erro: a exposta ter se relacionado sexualmente antes do casamento e o fato do noivo não ter passado pelos rituais de aprovação da irmandade. Ainda que nas camadas mais pobres a relação entre o sexo, honra e casamento não causava grandes constrangimentos. Uma exposta, apesar de pertencer ao mesmo grupo social, deveria obedecer às noções de honra mais comuns às mulheres de grupos sociais dominantes.

Existe um fato que quase passou despercebido em minhas leituras. Para finalizar esta discussão, ao olhar brevemente os nomes dos Provedores da Santa Casa durante o século XIX, pude perceber que a Viscondessa Guary, que viria a se tornar baronesa Guary, era esposa do Provedor barão de Guary, então Provedor da Misericórdia. Daí, podemos explicar o porquê da liberação para exposta mudar de província, por meio de contrato. Talvez, o

³⁹ SAMARA, op. cit., p. 94.

⁴⁰ SCOTT, op. cit., p. 12.

fato de se relacionar com pessoas do mais alto escalão da irmandade, tenha encorajado Josephina a escrever a petição em função do dote.

Outra exposta que se casou sem o consentimento da Santa Casa foi a “branca” Gertrudes de Mattos, de 25 anos. No dia 18 de janeiro de 1894, a exposta foi alugada para trabalhar na casa de Gustavo Adolpho F. da Silva mediante a quantia de 12#000 (doze mil réis). No contrato, por ser maior de idade, a exposta ficava então desligada da Santa Casa. Neste caso, Gertrudes tinha o direito a receber diretamente os seus salários e possuía também o direito ao dote “se vier a se casar se procedendo aprovação da Mesa”.⁴¹ No dia 5 de outubro no mesmo ano, o mordomo trouxe notícias de Gertrudes que continuava com suas tarefas na casa de Gustavo. O que a Misericórdia não esperava era que Gertrudes se casasse sem a permissão da Mesa. No dia 30 de setembro do ano seguinte, a órfã entrou com petição “declarando-se casada com Julio Francisco Lopes, e pedindo dote”. A decisão da Provedoria veio no dia 2 de outubro de 1885.⁴² Nela, o Provedor diz que “a exposta não tem direito a dote algum” e nem merece receber pelo tempo que esteve alugada na casa do locador Gustavo. A exposta ainda foi criticada por ter abandonado o serviço “em vez de procurar a proteção da Santa Casa, como outras suas companheiras, portanto indeferido”.⁴³

O fim das obrigações entre a irmandade e a exposta maior de 21 anos poderia ocorrer a qualquer momento, caso solicitado pela interna. As moças seguiram para outras instituições religiosas, para o trabalho doméstico na casa de alguma família, foram viver ao lado de familiares ou não informaram o seu destino. Sob o termo “viver por si”, muitas moças romperam com a Santa Casa para viver com mães, pais, irmãos, avós e tias.

As irmãs Maria Candida de Santa Clara e Roza Candida do Sacramento, ambas com 21 anos, se desligaram da irmandade para viver em companhia de sua avó Anna Rita. As duas expostas entraram com pedido de desligamento

⁴¹ ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 131.

⁴² ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 131.

⁴³ ASCMBA. *Livro 1º de Termos de Saída de Expostos*. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 95.

e foram recebidas na sala do despacho no dia 29 de abril de 1879. Anna Rita também compareceu para assinar o termo que liberava as irmãs da responsabilidade da Santa Casa, mediante o dote de 200#000 (200 mil réis).⁴⁴ Outra que foi viver ao lado de familiares foi a “parda” Aurelia Ceciliana de Mattos, de 32 anos. Depois de várias locações, Aurelia foi morar com sua irmã Maria Melchiades Ferreira de Carvalho, moradora da ladeira da preguiça, no bairro do 2 de julho.⁴⁵ A escolha das mulheres em se desligar da Santa Casa vai além dos poderes institucionais, um dos poucos momentos de liberdade.

Apesar dos esforços da Santa Casa, um número significativo de mulheres se desvinculou para “viver por si”. Dos registros de expostas analisados no *Livro de Matrículas e Locação e Serviços dos Expostos*, ao todo, 65 mulheres fizeram esta escolha, representando 39,8%. Deste total, em 17 matrículas havia registros de expostas que se desvincularam da Misericórdia para viver em companhia de familiares ou padrinhos.

Os contratos de “porta adentro”

Na segunda metade do século XIX, o Brasil assistiu ao alargamento das relações de trabalho livre e ao desenvolvimento de arranjos de contrato de trabalho. Historicamente ligada ao desenvolvimento do liberalismo, estes eventos ocorridos no mundo do trabalho brasileiro não podem ser associados à influência da ideologia liberal. Longe de querer estabelecer relações com o ideário liberal, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia criou sofisticados contratos de trabalho em uma época ainda marcada por relações de trabalho firmadas por acordos verbais. Estes contratos serviram para regular os aluguéis dos serviços domésticos de adolescentes e jovens órfãos, de ambos os sexos, que viviam no Asilo dos Expostos. Vale ressaltar o perfil religioso

⁴⁴ ASCMBA. *Livro 1º de Termos de Saída de Expostos*. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 60-61; ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 34.

⁴⁵ ASCMBA. *Livro 1º de Termos de Saída de Expostos*. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 32; ASCMBA. *Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos*. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 58.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

da irmandade que, inclusive, possuía em seus quadros de funcionários, trabalhadores livres, libertos e escravos. O que torna ainda mais instigante a existência dos contratos da Santa Casa foi o fato de a Câmara de Salvador ter aprovado algumas medidas que passaram a regulamentar a relação entre os trabalhadores e seus patrões, apenas em 1886.⁴⁶

Sem dúvidas, ao discutir relações de trabalho no Brasil, despontamos para o impacto da transferência de cativos das regiões Nordeste para o eixo Centro-Sul. Seu impulso influenciou, entre outras coisas, na reorganização do trabalho nos grandes centros urbanos do país. A historiografia tratou de discutir tais dinâmicas de maneira satisfatória, inclusive gerando novas possibilidades de estudo sobre o tema.⁴⁷ O declínio do trabalho escravo no Brasil, das últimas décadas do século XIX, fez emergir a necessidade de reforçar o controle dos trabalhos livres. Regulamentação e vigilância talvez tenham sido as palavras de ordem na pauta da elite da capital baiana. João José Reis acredita que tal necessidade surgiu, sobretudo, para controlar as relações comerciais para os grupos descendentes diretos da escravidão que se organizavam nos chamados *cantos*.⁴⁸ As teorias que cunharam termos como “substituição” e “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil que vigorou até meados da década de 1870, foi sendo sedimentada pelos avanços dos debates historiográficos.⁴⁹ Silva Hunold Lara fez

⁴⁶ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Trabalho doméstico livre e lei nos anos finais da escravidão no Brasil. *VI Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, p. 1-20, 15 a 18 de maio de 2013.

⁴⁷ Ver, entre outros: CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das letras, 1990; COSTA, Emília V. da. *Da senzala à colônia*, 4ª ed., São Paulo: UNESP, 1998; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – Ba (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009; MELLO, E. C de. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1999; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros Traficantes: Comércio de escravos do Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista*. *Afro-Ásia*, Salvador, n 24, 2000, p. 97-128.

⁴⁸ REIS, João José. De olho no Canto, trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Universidade Federal da Bahia, Salvador, n° 24, p. 199-242, 2000.

⁴⁹ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto história: revista do Departamento de pós-graduação da PUC-SP*, São Paulo: EDUC, n° 16, p. 25-38, 1997.

importantes críticas no que diz respeito às complexas relações de trabalho no Brasil, entre livres, libertos e cativos. Uma vez que as teorias anteriores não poderiam perpassar durante muito tempo ignorando a noção de “processo” existente na história. Os historiadores da chamada “geração de 1980”, além de incorporar escravos, imigrantes e o trabalhador nacional livre na História do Trabalho do Brasil, trataram de assinalar na escravidão a gênese do trabalho no país. Atualmente, os avanços deste tipo de estudo se pautam nos significados da liberdade e a luta pela cidadania.⁵⁰

Em 1970, cerca de dezesseis anos antes da regulamentação do trabalho doméstico em Salvador, a Santa Casa passou a formalizar os chamados serviços de “porta adentro”. A investigação destes contratos firmados pela Misericórdia é um objeto de estudo recente e sua investigação foi inaugurada pelo historiador Maciel Silva. Segundo o autor, “o elemento basilar de todo o quadro que forma um mercado de trabalhadores e trabalhadoras domésticas é mesmo a precariedade ou inexistência de vínculos familiares com pais e mães”.⁵¹ Quem também tratou do tema foi Mahiara Vitoria que procurou estabelecer a relações destes meninos e meninas no mundo do trabalho doméstico com as demandas da população baiana do século XIX.⁵² Neste sentido é que buscamos contribuir para este recente debate, oferecendo novos pontos de vista.

Concordamos com Maciel Silva sobre a hipótese de que o sentido religioso e pedagógico do contrato da Misericórdia foi o de fixar domésticas

⁵⁰ Ver, entre outros, ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros em 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

⁵¹ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870 -1910)*. Tese (Doutorado em História), PPGH-UFBA, Salvador, 2011, 72.

⁵² VITORIA, Maihara Raianne Marques. *Os filhos da Misericórdia: Cotidiano e Vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH-UFBA, 2015, p. 83.

nos lares entendidos como honrados. Estas moças uma vez submetidas à relação de troca de seus serviços, enquanto ganharia experiência e atributos idealizados que compunha o perfil para uma mulher cristã, para além do valor monetário presente na transação.⁵³ Mas, para além da idealização do modelo de mulher, e das famílias que as acolhiam, o dinheiro dava continuidade à manutenção deste comportamento. Ora, apesar do valor relativamente baixo, o salário – a maior parte era pago à Santa Casa enquanto a exposta era menor de idade - era depositada em uma espécie de fundo que, ao menos em tese, dava condições para a exposta se sustentar por um breve período após se desligar da irmandade. Ainda segundo Maciel Silva, este grupo heterogêneo unido pela falta dos pais e pelas mazelas da vida, através da orfandade, eram um tipo peculiar de trabalhadoras domésticas:

Portanto, as criadas originárias da orfandade e do abandono, expostas à caridade pública, são um tipo específico de trabalhadora doméstica. Se formalmente eram livres, na prática, viviam condições e cerceamentos pouco compatíveis com o status formal de liberdade.⁵⁴

A regulamentação das relações de trabalho dessas domésticas possuía características distintas das demais trabalhadoras. O historiador Henrique Espada Lima diz que a regulamentação do trabalho não era necessariamente uma preocupação nova, mesmo em uma sociedade escravocrata.⁵⁵ Ainda que livres, imperava a condição servil nos arranjos de trabalho, tal como restrições à mobilidade e outros impedimentos, como a fuga do contrato sem a anuência do empregador.

O primeiro livro a registrar os contratos da Santa Casa em 1870 – o *Livro H 1218 de Termo de Locação e Serviço de Expostos* - possui apenas quatro páginas preenchidas. Havia informações sobre quatro expostas, as irmãs

⁵³ SILVA, Maciel, op. cit., p. 77.

⁵⁴ Ibidem, p. 76.

⁵⁵ LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: Arranjos e contratos entre autonomia e a domesticidade. *Cad. AEL*, São Paulo, v.14, n 26, p. 133-175, 2009. Ver também: _____ Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005.

Abandono, casamento e trabalho doméstico na vida das órfãs do asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)

| Alan Costa Cerqueira

Margarida Angélica de Mattos e Angélica Maria de Mattos, ambas brancas, Antonia Maria, Luciana Joaquina de Mattos, havia também informações sobre o contratante. No mesmo ano, o modelo foi abandonado, dando lugar a outro livro que continha informações de órfãos de ambos os sexos, mas com um nível de informações e de cláusulas bem superficiais. Depois de 1870, os registros de locação dos expostos deixaram de ser preenchidos em um livro específico, para compor os registros de todos os tipos de saída. Mahiara Vitoria acredita que o abandono do livro pode ter ocorrido por motivos de controle e organização, pela facilidade de manter todos os registros juntos. Acredito que o abandono do livro tenha se dado, entre outras coisas, pelo aumento de órfãos do sexo masculino que passaram a ser empregados nos serviços domésticos. O que sustenta esta hipótese são as cláusulas que fazem referências nítidas às condições materiais e simbólicas ligadas ao feminino.

Apesar do *status* de trabalhadores livres, o tipo de serviço doméstico executado por essas moças e rapazes estava longe dos significados de liberdade que os trabalhadores almejavam. Em especial, porque o confinamento na casa do patrão e o seu olhar de vigia não fazia parte do imaginário social como atributos ligados às noções de liberdade no trabalho.

Em 1870, as primeiras expostas a assinarem o contrato de locação e serviço das expostas estavam em nome das irmãs Angélica Maria e Margarida Angélica, ambas brancas e com idades de 17 e 19 anos. Abaixo segue a descrição do contrato para que o leitor se ambiente:

Aos dezessete dias do mês de Março de 1870, na Casa de Asylo dos Expostos, ao Campo da Pólvora, perante o Snr. Mordomo dos Expostos, Bernardo Dias Lima Sobrinho, compareceram as expostas Margarida Angelia de Mattos e Angélica Maria de Mattos, esta com 17 anos de idade, tendo entrado para o Asylo com 5 anos em 5 de Janeiro de 1856, e aquela com 19 anos, tendo entrado igualmente para o Asylo na mesma data, com 6 anos, e ambas brancas, naturais da Bahia, de estatura regular, cabelos castanhos, rosto redondo, e Antônio Vicente da Costa, casado, empregado público, morador à ladeira da Prata, primeiro sobrado do lado direito, Freguesia de Sant' Anna, como provou perante o referido Mordomo, – e disse estava pronto e contratado a receber

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

como receberá do 1º de Abril em diante as expostas acima ditas em sua casa, utilizando-se dos seus serviços (exceto externos, isto é – exceto os serviços vulgarmente chamados de rua, nos quais não poderá empregá-las), mediante o salário de seis mil réis mensais por cada uma a contar da data do recebimento que será no referido dia 1º de Abril, e todas as mais condições abaixo expressas, que lhe foram lidas, e ele de sua livre vontade aceitou obrigando-se a cumpri-las sob as multas expostas. E as expostas a que igualmente foram lidas do mesmo modo se obrigaram a observar as obrigações que lhes dizem respeito.⁵⁶

Angelica Maria ainda viria a assinar novo termo de locação para trabalhar na casa do Bacharel Manoel Jesuino Ferreira.⁵⁷ Além das irmãs, Antonia Maria, “parda”, de 13 anos, foi alugada para Thomé da Costa Passos Júnior, casado, morador da Ladeira de São Miguel, nº03, Freguesia da Sé. A outra exposta, Laurina Joaquina de Mattos, de 19 anos, era “cabra”.⁵⁸ Margarida, Angelica, Antonia e Lauriana assinaram contratos que continha a maior parte de cláusulas impressa. O acordo era lavrado na sala dos despachos da Misericórdia. Comparecia o Mordomo, o Provedor, a exposta e o locatário. Depois que o contrato era lido, o locatário aceitava as condições enquanto a jovem “obrigava-se” a aceitar. Registrava-se à mão (e descrita entre parêntese) a proibição dos “serviços regularmente chamados de rua”. O principal argumento é de que a proteção da honra direcionava esta proibição. E o fato de se tratar de uma instituição religiosa dava razões suficientes para a Santa Casa proteger as adolescentes e jovens das ruas. Além disso, pode-se cogitar que a Santa Casa buscava diferenciar suas enjeitas das mulheres que trabalhavam nas ruas, muitas vezes estas eram cativas e/ou chefes de famílias solteiras. Além disso, é possível que a representação dessas trabalhadoras fosse exatamente o perfil antagônico àquele que a Misericórdia entendia como imprescindíveis às suas expostas.

⁵⁶ ASCMBA, *Termos de Locação de Serviço de Expostos*. 1870, Nº 1218, fl. 2.

⁵⁷ ASCMBA, *Termos de Locação de Serviço de Expostos*. 1870, Nº 1218, fl. 5.

⁵⁸ ASCMBA, *Termo de Locação de Serviço dos Expostos*. 1870, Nº 1218, fl. 03.

O locatário se responsabilizava por alimentar, vestir e calçar a exposta. Em caso de doença prolongada, a recolhida era encaminhada “gratuitamente” para o Hospital da Misericórdia. A exposta não podia ser transferida para outro locador. Tudo isso fazia parte dos cuidados com a “honra” feminina. O terceiro ponto do contrato resguardava a exposta, pois obrigava o locatário “a conservar a exposta sob seu poder e guarda em virtude de contrato, não lhe sendo licito transferi-lo a o outrem, nem pôr a exposta sob ordens de pessoa estranha á própria família e casa”. As expostas deveriam trabalhar na casa do locatário até completar a maioridade, mas as órfãs e os órfãos buscaram alternativas para que, na prática, essa exigência não fosse cumprida.

O salário das expostas poderia sofrer desconto em caso de doença e o locatário deveria entregar “uma terça parte á exposta para seus afinêtes (pequenas necessidades), entrando com o restante para a tesouraria da Misericórdia”.⁵⁹ Em caso de atraso por mais de 30 dias na devolução da enjeitada, o locatário se responsabilizava por pagar a multa de 10% por cada trimestre retardado. Este valor deveria ser pago a cada três meses. O salário pago a uma empregada doméstica da Santa Casa de Misericórdia era absurdamente abaixo do valor recebido por outras mulheres para cumprir as mesmas tarefas. Muitos contratos firmados na Misericórdia revelam salários entre 6 a 12 mil réis. Segundo João José Reis, 5 mil réis dava para comprar uma arroba (15 quilos) de carne em 1857. Maciel Henrique Silva observa que pagar por uma trabalhadora doméstica era muito mais alto o valor e mesmo o aluguel de uma escrava no Recife era em média 25 mil réis.⁶⁰

Ao analisarmos a presença dos meninos empregados nos serviços domésticos pudemos perceber que os órfãos descritos como “brancos” não compartilharam destas experiências. Em geral, “pardos”, “crioulos” e “cabras” vivenciaram o trabalho na casa dos respectivos locadores. Se tratando das

⁵⁹ ASCMBA. *Termo de Locação de Serviço dos Expostos*. 1870, N° 1218, fl. 03. (**Grifo nosso**)

⁶⁰ SILVA, 2011, op. cit., p. 75.

adolescentes e moças, este enquadramento racial por tarefa não se repete de forma a refletirmos sobre quaisquer mecanismos de hierarquização racial.

Tabela 3 - Distribuição por cor dos expostos do sexo feminino alugadas para serviço doméstico pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870 a 1904)

Expostos	Branca	Cabra	Crioula	Parda	Parda clara	Parda escura	Cor ausente	Total
N.ºs Absolutos	9	4	1	18	3	8	8	51
% do Total	17,6%	7,8%	1,9%	35,2%	5,8%	15,6%	15,6%	100%

Fonte: ASCMBA, Livro 1º de Termos de Saída de Expostos, N° 1219, Est. H, 1871-1893. ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. N° 1216, Est. H, 1870-1894.

Adentrar ao lar de terceiros em uma situação de total submissão foi uma tarefa enfrentada por adolescentes e jovens expostas, independente da cor. Os primeiros contratos datados de 1870 foram inaugurados com mulheres brancas, as de cor “parda” adentram aos lares como trabalhadoras domésticas em maior número por se tratar da maioria da população feminina do Asilo. Enquanto isso, apenas uma mulher registrada como “cabra” foi alugada nos serviços domésticos. Se levarmos em consideração a população total de brancas no Asilo em relação à idade para ser alugada como empregada doméstica, o percentual é ligeiramente baixo, com 17,6%. A tarefa doméstica, portanto, por si só, era considerado serviços dignos das expostas independentes de critérios raciais.

Podemos definir o perfil dos contratos em duas palavras: honra e obediência. Inclusive, no que tange ao comportamento da exposta, esta deveria ser “obrigada a permanecer na obediência do locatário por todo o tempo do contrato, prestando-se com todo o zelo, diligencia e boa vontade ao serviço para que tiver sido contratada”. Para manter a exposta na linha, ao locatário era permitido impor penas disciplinares à órfã, menos os castigos corporais. Outra medida prevista era a suspensão por um ou mais trimestres da parte do salário pertencente à exposta, sendo entregue diretamente aos

cofres da Misericórdia. As diversas formas de castigar as expostas não foram elencadas no documento. Diante de uma cultura de violência e exploração de trabalhadoras domésticas no Brasil, intrinsecamente ligada à escravidão, a proibição dos castigos corporais não pode ser lida como simples proteção. Pois, o silêncio da documentação pode ter acortinado torturas psicológicas e chantagens de todas as espécies (que poderia culminar em duras sanções aplicadas pela Misericórdia).

No último trecho do contrato percebemos que a quebra do acordo girava em torno das duas palavras que acabamos de citar. Os termos a seguir demonstram que a Misericórdia buscou resguardar-se de possíveis situações de perigo para as enjeitadas:

2. ° Por morte da mulher do locatário casado, quando não lhe fiquem filhas maiores que vivam em sua companhia. 3. ° Quando o locatário viúvo deixar de ter em sua companhia filha ou filhas maiores com quem a exposta vivia. 4. ° No caso de casamento da Exposta. 5. ° No caso de mudança do locatário para fora das freguesias da cidade, conforme o n.º3 do art. 3. °. Único. E só poderá ser rescindido no caso de má índole da exposta, ou por seu mau procedimento, verificado pelo Mordomo, depois de esgotados os meios de correção permitidos pelo n. °6 do art. 4. °. Desfeito o contrato, a exposta terá o destino que a Mesa julgar mais conveniente.⁶¹

Com o desaparecimento dos contratos no ano seguinte, o livro adotado dava conta da locação, serviços e saída de todos os expostos fossem do sexo masculino ou feminino. Todas as cláusulas que fizeram do contrato de locação algo tão singular, mesmo que recheada por convenções sociais e munida de simbolismo comum à época, desapareceram no ano seguinte. Talvez, suas cláusulas ainda tinham validade e continuaram a ser lidas em voz alta, antes da assinatura do termo.

⁶¹ ASCMBA, *Termos de Locação de Serviço de Expostos*. N° 1218, 1870.

Considerações finais

A orfandade para meninos e meninas foi sinônima de experiências de trabalho em condições de controle e precariedade. No entanto, o perfil feminino do Asilo dos Expostos, motivado tanto pelo modelo de acolhimento religioso, quanto pelo maior número de crianças do sexo feminino, ajudou a criar uma atmosfera de controle maior para as meninas. Além do rigor com o comportamento e o mundo religioso, o que mais importava ao Asilo era que as expostas aprendessem técnicas manuais para se tornarem adulta prendadas nos trabalhos domésticos.

Em alguns momentos, a cor surgiu como agente definidor dos destinos dos expostos no que se refere às saídas motivadas pelo casamento, na comparação entre as idades. O que significa que as mulheres brancas tinham mais possibilidades com o casamento, sobretudo quando mais jovens. Apesar do rigor, as expostas usaram as poucas oportunidades para manter contato com pessoas fora do Asilo, para onde poderiam viver não tão “por si” e para escolher seus pretendentes.

Os contratos de trabalho representaram uma extensão dos protocolos que compuseram a vida das órfãs, neles os rituais de obediência, respeito e submissão estavam impressos em forma de cláusulas. Os contratos de aluguel acompanhados de valores abaixo de mercado, se somada às limitações impostas às órfãs nas cláusulas contratuais, revelam que a Misericórdia buscava formar mão de obra barata, em condições de submissão e precarização, para pessoas com algum vínculo com a Misericórdia ou dotadas de prestígio social, capazes de zelar também pela manutenção da honra das expostas.

Recebido em 23.06.2016
Aprovado em 24.06.2016